

O TERRITÓRIO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR EM VIÇOSA-MG

THE TERRITORY OF THE NATIONAL SCHOOL OF POPULAR ENERGY IN VIÇOSA-MG

EL TERRITORIO DE LA ESCUELA NACIONAL DE ENERGÍA POPULAR EN VIÇOSA-MG

Renan Assis¹
Nelmiere Ferreira da Silva²

Resumo

Este trabalho visa compreender o território da Escola Nacional de Energia Popular e como este se articula com as entidades que a compõem. Assim, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, nas quais buscou-se informações a respeito da historicidade das entidades, suas ações sobre o espaço e a relação delas com a ENEP. A partir desses dados foram elaborados cinco mapas representativos das territorialidades de cada entidade. Os territórios e territorialidades assim reveladas demonstram múltiplas escalas no interior de cada organização. A partir disso, podemos concluir que o território da ENEP possui grande abrangência em suas possíveis conectividades. O espaço da Escola é potente pela sua complexa articulação territorial, que amplifica a possibilidades de ações que se realizam sobre a ENEP.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Cartografia Social. Territorialidade. Zona da Mata Mineira.

Abstract

This paper aims to comprehend the territory of the Escola Nacional de Energia Popular and how it articulates with the entities that forms it. Therefore, five semi-structured interviews were carried out, in witch information was sought about the historicity of the entities, their actions upon space and their relations with ENEP. With this data it was elaborated five representative maps of the territorialities of each entity. The territories and territorialities thus revealed demonstrate multiple scales in the interior of each organization. From that, we can conclude that ENEP's territory possess wide coverage in it's possible connections. The ENEP's space is potent for it's complex territorial articulation, that amplifies the realized action upon ENEP.

Keywords: Social movements. Social cartography. Territoriality. Minas Gerais forest area.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo comprender el territorio de la Escola Nacional de Energia Popular y cómo se articula con las entidades que la componen. Así, se realizaron cinco entrevistas semiestruturadas, en las que se buscó información sobre la historicidad de las entidades, su actuación en el espacio y su relación con la ENEP. A partir de estos datos se elaboraron cinco mapas que representan las territorialidades de cada entidad. Los territorios y territorialidades así revelados demuestran múltiples escalas en el interín de cada organización. De ello podemos concluir que el territorio de la ENEP tiene un amplio rango de conectividad posible. El espacio de la Escuela es poderoso por su compleja articulación territorial, lo que amplía las posibilidades de acciones que se realizan sobre la ENEP.

Palabras clave: Movimientos Sociales. Cartografía Social. Territorialidad. Zona Florestal de Minas Gerais.

¹ Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa. Professor da Educação Básica de Minas Gerais. ORCID: 0009-0003-9633-8531 E-mail: renan.assis@gmail.com

² Graduada em Serviço Social pela UFS; mestre em geografia\UFS, Doutora e Pós-doutora em Serviço Social\UFS. Professora da graduação em Serviço Social\UFS e do Programa de Pós-Graduada em Geografia\UFV. Coordenadora Adjunta do PROSS\UFS. ORCID: 0000-0002-0916-9609 E-mail: fnelmiere@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Escola Nacional de Energia Popular (ENEP) está localizada na Zona Rural de Viçosa, Minas Gerais. Sua área abrange, aproximadamente, quatro hectares, sendo que possui edifícios que são utilizados como oficinas, espaços culturais e de formação, plenária, casa e cozinha. Parte de sua área é destinada à agricultura, cultivada de forma agroecológica. Foi fundada em 2015, como consequência de anos de articulação política entre diferentes movimentos sociais. A ENEP foi idealizada como uma Universidade Popular, buscando a soberania popular e a construção de conhecimentos a partir dos movimentos sociais.

Suas atividades são principalmente, i) mutirões nos quais se constroem o espaço físico da Escola, além de fazer a manutenção da produção agrícola; ii) cursos variados, ministrados pelas entidades ou organizações parceiras, em que a certificação é fornecida pela própria ENEP; iii) reuniões mensais nas quais se constroem e se avaliam a ENEP, de caráter aberto, que agrega os próprios movimentos, organizações e sujeitos parceiros.

As organizações fundadoras são: i) Movimento Evangélico Popular Eclesial (MEPE); Escola Família Agrícola (EFA) Dom Luciano; Instituto Universo Cidadão (IUC); Levante Popular da Juventude; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Comissão de Justiça e Paz (CJP). No decurso de décadas, estes movimentos e seus sujeitos se encontraram em espaços comuns de luta, em que foi se conformando a vontade de criação de um espaço de fomento para os saberes populares. São estas organizações as responsáveis para formação da ENEP, e que dão os rumos do espaço dos movimentos sociais que está sendo construído.

O presente artigo é a síntese de um trabalho monográfico realizado em 2018 e 2019, junto da ENEP e suas entidades. Procurava-se compreender *qual era o território da Escola Nacional de Energia Popular*. Já que a ENEP é composta de diferentes movimentos, indagava-se como que estes se articulam territorialmente para compor a Escola? Mobilizada por este questionamento, a pesquisa procurou as entidades para produzir cartografias sociais que refletissem a composição territorial de cada uma das organizações, e a partir daí ter uma ideia da abrangência territorial da ENEP.

Assim realizamos cinco entrevistas junto das entidades fundadoras e, a partir dos dados obtidos, confeccionamos mapas de forma a representar os territórios investigados. A representação espacial traz a síntese da territorialidade de cada entidade.

Procuramos neste texto abordar principalmente a fala das/dos representantes das entidades, para que as verbalizações dos mesmos/as explicitassem as territorialidades que

investigamos. A partir dos aspectos gerais assinalados acima, trataremos a seguir as reflexões de caráter teórico-conceituais que consubstanciem os fundamentos das discussões propostas neste artigo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho se debruça sobre a dinâmica territorial da ENEP, perfazendo uma abordagem preliminar de sua composição. Para tal, é importante estabelecermos os marcos nos quais compreendemos conceitos como o de território e territorialidade, necessários para analisarmos os dados obtidos com as entrevistas. Além disso, faz-se necessário também a abordagem da espacialidade, que nos ajuda a entender a produção do espaço da ENEP.

A Escola possui uma complexa composição espacial, revelada pelas escalas das entidades que constroem a ENEP. Apesar dos limites da propriedade serem restritos à aproximadamente 4 ha, o fluxo de ações sobre ele muito ultrapassa a escala do sítio em si. Ao olharmos para o espaço geográfico, consideramos tanto o que o compõem materialmente - como os edifícios e a produção agrícola da ENEP - assim como as ações sobre ele realizadas (SANTOS, 2006, p. 39). Abarcar a espacialidade de determinado fenômeno então requer a análise tanto de sua materialidade quanto das ações que atravessam o espaço. O espaço geográfico se realiza a partir dessa junção, co-relacional. A respeito deste ponto, são muitas as apropriações possíveis de se realizar no espaço, assim como no tempo. O caráter dessa apropriação pode ser material ou simbólica, pode ser efêmera ou ter vida longa. Os movimentos aqui abordados produzem apropriações que são híbridas, percolam no material e no imaterial.

A articulação dos movimentos da Escola se dá em multiescalaridade (SAQUET, 2015, p. 123-124). Em outras palavras, a constituição da espacialidade se dá, inerentemente, a partir de relações nas quais a abrangência dos fenômenos difere entre si, abarcando diversas escalas.

A espacialidade da ENEP, assim não se encerra em sua circunstância imediata, mas é composta de suas relações (MASSEY, 2008, p. 98). Acrescido da imbricação do sistema de objetos ao sistema de ações (SANTOS, 2006, p. 40), temos que há uma permeabilidade do espaço à outras escalas e outros espaços (MASSEY, 2008, 260). Dada situação geográfica, então, é tanto constituída da espacialidade que lhe é próxima, quanto também, das espacialidades que a ela se relacionam. O espaço geográfico está assim dotado de grande conectividade.

Junto da espacialidade também é fundamental compreendermos aspectos da dinâmica territorial para analisarmos o fenômeno proposto, entendido enquanto território as apropriações do espaço geográfico em que se estabelecem relações mediadas por formas de poder.

É importante apreender tanto o território, quanto a territorialidade, para melhor abarcarmos o fenômeno em sua totalidade. O território faz referência com expressões de poder que se materializam na forma de limites no espaço geográfico, tendo em mente que as fronteiras podem existir em diversas escalas, não estando circunscritas ao Estado-nação (HAESBAERT 2021, p. 130; PORTO-GONÇALVES 2012, p. 35). Sendo assim, podemos olhar para a ENEP enquanto efetivação de um território, mesmo que compreendendo uma pequena extensão em hectares de terra. Ali, em seu recorte de espaço, a Escola possui relativa dominância sobre o que se realizará e as relações que o comporão. Esse é um aspecto de sua formação territorial.

Quando falamos de territorialidade, outras relações vão compor a cena com relação à ENEP. A territorialidade pode ser vista de três maneiras: i) enquanto as características que compõem determinado território (SOUZA, 2000, p. 99); ii) assim como designam ao conceito características mais simbólico-culturais (HAESBART, 2021, p. 139); iii) a territorialidade pode ser também entendida enquanto um território em potência, a ser efetivado materialmente, mas que já existe em forma de intencionalidade entre grupos sociais (HAESBART, 2021, p. 227). Apesar de diferentes, as proposições não são mutuamente excludentes, sendo que todas elas lidam com facetas da dinâmica territorial.

A composição territorial por parte das organizações é bastante heterogênea, como veremos a seguir. Muitas delas não possuem um território propriamente constituído, mas constroem um território em potência (IBIDEM, p. 139), ao qual podemos designar assim enquanto uma territorialidade. Os movimentos sociais lançam para o futuro, através da construção cotidiana de suas diversas lutas, outras formas de se reproduzirem enquanto sociedade. Essas projeções são territórios do por vir, formas alternativas de apropriação do espaço geográfico calcadas nos princípios e práticas dos movimentos. Esta territorialidade, apesar de não se materializar em limites e fronteiras, é concreta através das relações sociais dos sujeitos dos movimentos, que já se articulam politicamente.

Entendendo então, o espaço enquanto constituído de conectividade, sobre ele podem incidir territorialidades em grande número, em que não há, usualmente, consenso acerca dos usos do espaço. É a partir dessa articulação conceitual que iniciamos a apreensão das territorialidades da ENEP e de seu território, sendo que isto requer abordar as territorialidades das entidades que compõem a Escola.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia se desenvolveu a partir da teoria desenvolvida por Orlando Fals Borda (1972; 2015) em contato com comunidades rurais e urbanas na Colômbia. Utilizamos os princípios da pesquisa-ação, por essa metodologia assegurar um contato próximo com os movimentos sociais, e uma visão “desde dentro”. Trazer para a pesquisa as pautas e reivindicações das camadas populares é se situar historicamente. É a partir da delimitação desta circunstância que propusemos a pesquisa acerca das territorialidades da ENEP.

Foram realizadas cinco entrevistas com representantes de cinco das seis entidades fundadoras da ENEP³, ocorridas durante os anos de 2018 e 2019. Em formato semiestruturado, a entrevista buscava compreender o histórico das entidades e sua relação e articulação política atual, através da ENEP. As perguntas e o andamento das conversas se dirigiam para entender: i) o histórico de atuação da organização; ii) quando e através de quais espaços a organização passa a fazer parte da articulação da ENEP.

De forma aleatória, para resguardar a identidade das pessoas entrevistadas, as enumeramos de um (01) a seis (06), levando em conta que a entrevista realizada com o Levante Popular da Juventude foi realizada com duas pessoas.

Duas entrevistas, da EFA e do MEPE, realizaram-se na própria ENEP, aproveitando a presença de seus representantes. As conversas com MAB, Levante e CJP realizaram-se em espaços das entidades, a saber, respectivamente, na sede regional do MAB em Ponte Nova, numa das salas do Cursinho Popular na UFV e em Paula Cândido.

A partir das entrevistas dispomos de conhecimento sobre as territorialidades das entidades e suas ações pretéritas. Também elaboramos cinco (05) mapas levando em conta esses dados, que foram compilados e estruturados em plataforma virtual, usando o *Qgis*. Privilegiou-se assim, escalas que compreendessem a amplitude dos fenômenos abordados de cada entidade, resultando em escalas de relações variadas. Buscamos evidenciar as apropriações dos territórios pelas entidades, deixando isso em destaque. A partir da elaboração dos mapas virtuais eles foram transpostos para tecido, usando tinta e pincel. Este material foi cedido para a ENEP como forma de devolutiva.

³A entrevista realizada com o representante disponível do IUC não logrou os dados necessários para a formulação da cartografia territorial. Por questões de agenda e de recursos, não foi possível contactar a representante mais indicada da entidade à época da pesquisa.

Além disso, participou-se de reuniões, mutirões e cursos na Escola, de forma ativa. Esta participação se dava enquanto ouvinte, no caso dos cursos, enquanto que nas reuniões e mutirões havia um papel mais ativo. Nos mutirões engajava-se no trabalho como os demais, que em geral se dava na manutenção do espaço físico da Escola. Nas reuniões, além da observação, era comum ajudar em algum aspecto do encontro (alimentação, música, limpeza, relatoria e animação). A escolha para as atividades se dava mediante a sua capacidade de reunir as entidades da Escola. Assim, era prioridade estar presente nas reuniões mensais, assim como, principalmente, nos mutirões que eram chamados/organizados pelas entidades.

Estas atividades foram acompanhadas com um caderno de notas, em que eram registrados acontecimentos importantes concernentes à pesquisa. Este material foi usado para aprofundar o conhecimento acerca da Escola e para afinar o momento das entrevistas. Outrossim, de posse das informações passamos a construir os resultados e análises.

RESULTADOS E ANÁLISE

As cartografias elaboradas durante nosso trabalho fornecem dados das relações territoriais das entidades da ENEP. Durante o período de realização de nossas atividades foi possível produzir cinco representações, que se referem à CJP, MEPE, MAB, EFA Dom Luciano e o Levante Popular da Juventude. Apresentaremos sucintamente os territórios levantados a partir das entrevistas, assim como as cartografias elaboradas:

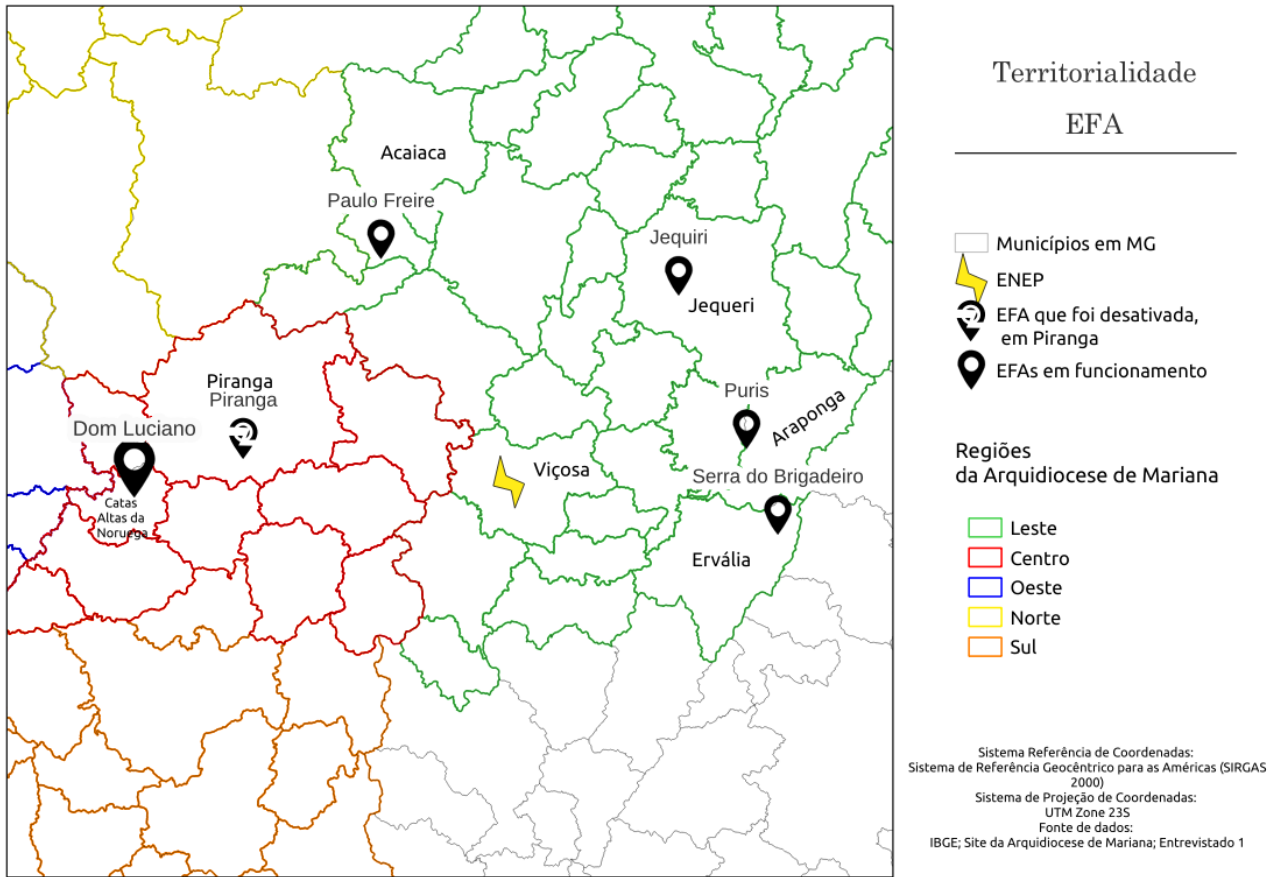
A Escola Família Agrícola Dom Luciano e a ENEP foram formadas mediante ações do MEPE e também são concebidas e suas ideias lapidadas em espaços em comum, como a Vivência Missionária, as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras e nas lutas dos movimentos sociais. Além disso, o tempo de articulação também coincide, como vemos aqui:

ENTREVISTADO 1 (E1): então as personalidades que hoje compõem [...] as entidades, no caso o Levante, o IUC, a CJP. A gente se conhecia né. Em outras ocasiões, porque tinha vários eventos né, e acontecia né, e um dos eventos é a *Romaria dos Trabalhadores*, a *Vivência Missionária* né. Então a gente via as pessoas. Mesmo a questão de eleições né a gente fazia algumas discussões, e as pessoas hoje [...] formalizou o assunto

ENTREVISTADOR (E): Então, de certa forma já tinha essa articulação da ENEP né
E1: É. Enquanto entidade não. [...] Enquanto pessoas sim. [...] É. As pessoas já era da luta né. (ENTREVISTADO 1, p. 13)⁴ (grifos nossos)

1.1 Escola Família Agrícola Dom Luciano

⁴Optou-se por reproduzir de forma literal as falas dos sujeitos entrevistados.



O produto, que é a EFA Dom Luciano, tem início no município de Piranga-MG onde, na década de 1990, no período de 1991 a 1994, havia e funcionava uma Escola Família Agrícola (indicado na “Figura 1” acima). Em reuniões do MEPE, por volta de 2010, se tinha como pauta o reestabelecimento desta EFA, sendo que o grupo havia começado a ver sua viabilidade. Em outro momento, em 2006, criava-se a Associação Regional Escola Família Agrícola do Alto Paraopeba. Nesse meio, a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA) intervém, e propõe uma reunião para agregar as duas propostas que se davam na mesma região. Assim, em 2012, é criada a Associação Regional Escola Família Agrícola Dom Luciano. Junto a todo esse processo, havia um grupo, do MEPE, que encontra um lugar possível de viabilizar a proposta:

Então é onde que nós no ano de 2012, onde esse grupo passou por Catas Altas onde encontrava um prédio [...] ficou um tempo um pouco meio abandonado, no qual nós passávamos lá, esse grupo do MEPE, e conseguimos fazer uma conversa com autoridade política da época, que seria o prefeito, e no qual ele apoiou a ideia, aí nós passamos a fazer todo um trabalho que envolve tanto o lado pedagógico quanto o lado administrativo do espaço. (ENTREVISTADO 1, p. 02)

Dada a dificuldade de reconstruir o espaço abandonado, a solução para o problema se deu com a organização do trabalho mediante os *mutirões*, hoje uma das principais formas da ENEP organizar o trabalho, a energia popular, de forma coletiva e horizontal:

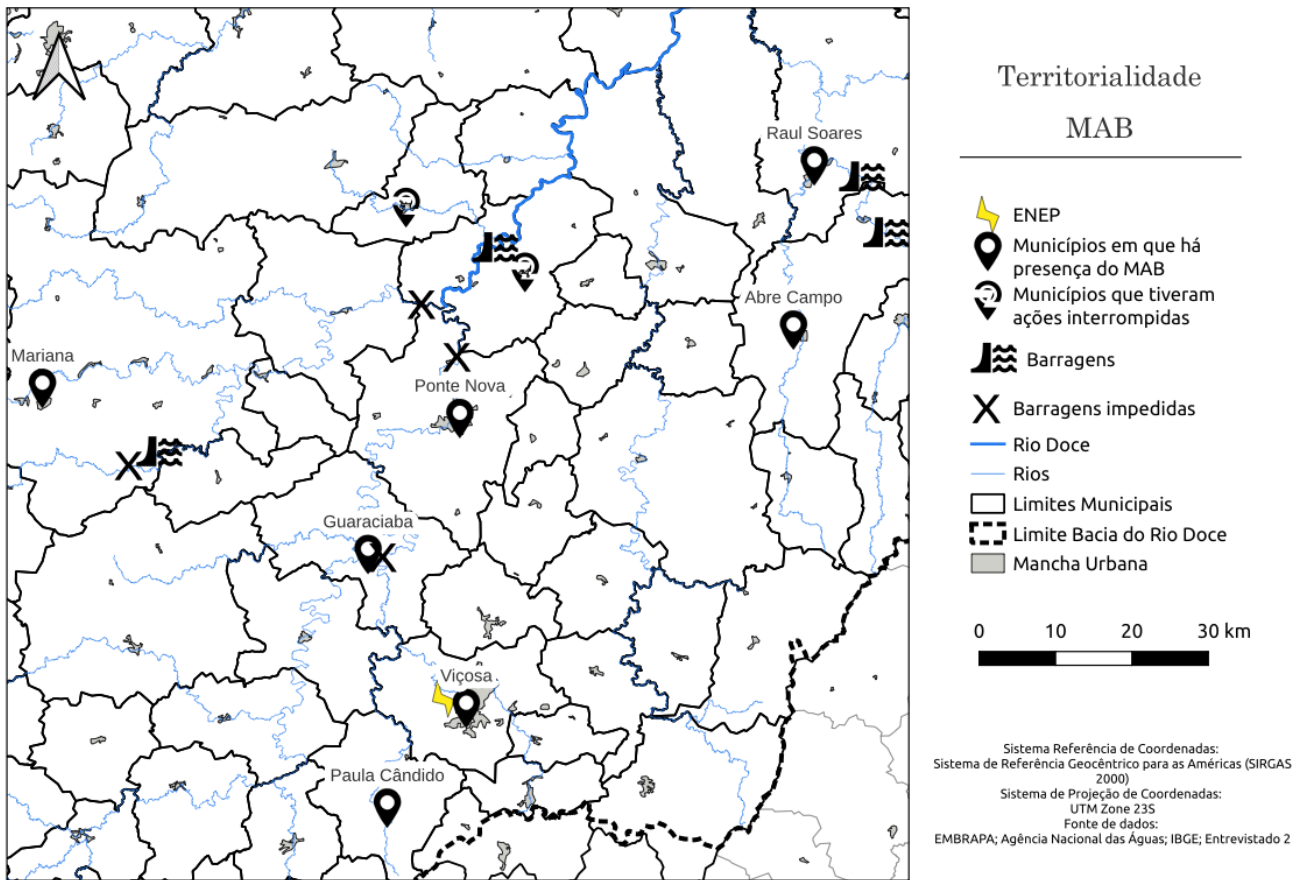
Então nós fizemos todos uns reparos de acordo com a mobilização em relação aos mutirões. Nós fizemos a conta, foram mais de 140 mutirões. Tudo em questão de dias após dias, e, assim, nós concluímos essa parte da infraestrutura, né? Pintamos a escola, fazendo tinta de solo, né? Nós fizemos também a parte de quadra, né? Já tinha começado lá, mas ficou pela metade. Organizamos, com a parceria com a prefeitura e fizemos a parte do refeitório, ou seja, de modo geral, colocamos a EFA de acordo com a situação exigida pelas Superintendência. (ENTREVISTADO 1, p. 02)

Outro aspecto importante desse momento da EFA, que encontra consonância com a Pedagogia da Alternância (SILVA; QUEIROZ, 2007) e seu princípio de desenvolver a comunidade em que está situada (BEGNAMI, 2019, p. 25), foi a participação de um casal da comunidade de Boa Vista (onde está a EFA Dom Luciano hoje) que amparou os mutirões nesse momento onde ainda não se tinha uma estrutura mínima para a auto-organização. A Arquidiocese de Mariana aparece em vários momentos num lugar de centralidade, seja com a energia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a Teologia da Libertação ou com a memória coletiva que sustenta a figura de Dom Luciano.

Com o cenário, *situação*, que vamos traçando da EFA Dom Luciano, é possível realizar uma tríade de relações, três eixos principais de articulação: i) a dimensão política e de fomento da cidadania da Arquidiocese de Mariana; ii) a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas e a Pedagogia da Alternância; iii) o contato com outros movimentos sociais e populares, além de composições orgânicas que se agregam à ideia da EFA via sociedade civil. Este é um exemplo de como cada territorialidade das organizações da ENEP potencializam seu espaço, já que internamente a cada entidade percebemos uma composição de escalas que podem vir a se inserir na ENEP.

É interessante perceber que os princípios ou pilares dos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) (BEGNAMI, 2019, p. 119) estão associados com a própria territorialidade da EFA Dom Luciano. Tendo a Pedagogia da Alternância a intenção de desenvolver o meio com a inserção do jovem e de outras *entidades* parceiras, a organicidade interna da EFA conflui com a própria territorialidade da ENEP e sua rede de relações.

1.2 Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)



O MAB tem sua origem no sul do Brasil, com articulações políticas que nos lembram as que se formam também no nosso escopo de estudo que, em termos gerais, se situa na Zona da Mata Mineira. É a circunstância de sua origem que dá forma à sua organicidade, o que nos leva a olhar para este contexto de forma breve.

As organizações que ocorrem na região Sul por conta do projeto das hidroelétricas e, em particular da Bacia do Rio Uruguai, ajudam a contar a história do MAB como ele se faz hoje. Nessa sua organização inicial, em 1970 e 1980, agrega à sua formação elementos basilares. Em Chapecó, durante esse momento, houve uma reunião organizada pela CPT que buscou reunir agricultores de toda a região Sul, além de vários outros sujeitos e instituições. O cenário que a Eletrosul impunha para a região foi entendido como um problema social, e foi organizada a “Comissão de Barragens”. Por conta da amplitude que o movimento foi tomando, novas organizações foram surgindo, e a Comissão de Barragens passa a ter um caráter regional, se tornando a Comissão Regional de Atingidos por Barragem (CRAB).

Podemos pensar um primeiro momento da organização dos atingidos no entorno da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi principalmente através dessa força motriz que se deu a constituição da organização, agregando à ordem do discurso e da prática “caminhada, povo oprimido e libertação” (FOSCHIEIRA, 2009, p. 33; REIS, SCHERER-WARREN, 2007, P.6)

Aqui não é possível deixar de fazer uma consideração no que concerne à ENEP. As escolas de formação de 1970 e 1980 da Bacia do Rio Uruguai foram gestadas principalmente por essa Igreja Progressista, propiciando espaços de formação que além de debater a questão do atingido, tão caro àqueles agricultores, abordavam também questões da sociedade, conjunturais e fundamentais. A ENEP vai surgir de forma muito semelhante e se propõe a essa formação sistêmica, só que, no seu caso, abarca temas e realidades mais amplas, diversas. Nas palavras do Entrevistado 2:

Então e aí a gente via essa perspectiva também [...] de ter uma escola nossa. Tem as EFAs né, mas como que os alunos que estudam nas EFAs continuam em escolas [...] com esse mesmo formato né, ou que a gente constrói para nós né, que seja dos trabalhadores de fato. E aí surge essa proposta da ENEP né, de ser essa escola, né, e que nós vamos construir e experimentar também né, nossas crenças, juntos ali na ENEP. [...] E a partir que foram fazendo os mutirões que foi dando forma né e aí construindo junto com as outras pessoas mesmo que como que seria, como que seria isso, como que a gente faz né, e a partir da experiência popular mesmo né, e o povo se envolvendo. (ENTREVISTADO 2, 2018, p.3)

De forma geral, o MAB regional da Bacia do Rio Doce, com sua sede em Ponte Nova (Figura 2), reflete a história do movimento nacional, se integrando a ela. Na primeira metade da década de 1990 haviam vários projetos de construção de barragem na Zona da Mata Mineira, onde foi articulado formas de resistência para impedir a construção das barragens:

E aí já é de experiência de outras lutas, principalmente no sul do Brasil né, algumas experiências. E aí foram trazendo também como, que também era possível a gente se organizar né, para tanto no sentido de onde as barragens já estavam iniciadas, com é que as pessoas negociavam melhor. Como é, a gente até usava a expressão né, não perder de menos né, porque já tinha perdido toda a história toda a vida e que iam ter que recomeçar né. Então aí nesse sentido, e também identificando que era possível lutar contra as barragens que aí também foi uma experiência daqui também né. [...] nós podemos impedir a barragem já que a gente não quer, né ela não traz benefício só vai trazer prejuízo então nós pra né, pra nossa vida, pra nossa população, então vamos impedir a construção, e aí foi possível também né, nesses lugares. [...] Mas que era também uma experiência que a gente estava tendo aqui, de debater o reassentamento que até então né [...] das próprias famílias construírem as suas casas, falarem o jeito que quer, o que que quer na casa né, escolher o lugar. Dentro da luta. E foi a partir das lutas que, que aconteceram né, que as pessoas foram entendendo como que a gente pode se organizar cada vez melhor né, já que não é possível impedir a barragem pelo menos com o que a gente perde de menos né, nesse sentido (ENTREVISTADO 2, 2018, p.2)

No que tange a presença territorial do MAB, temos lugares com descontinuidade na sua territorialidade (SOUZA, 2000, 93). Em grande medida suas ações estão mais perenes em

Raul Soares e Abre Campo (Figura 2), por conta das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) lá presentes. Desde 05 de Novembro de 2015, como se referiu o ENTREVISTADO 2, a “conjuntura mudou”, o que forçou o movimento a se reconfigurar na região, para estarem presentes nas áreas atingidas de Mariana e Barra Longa.⁵

No entanto, sua dinâmica territorial também é produto de êxitos como nos casos de duas PCHs, uma em Casa Nova – no município de Guaraciaba – e outra em Ponte Nova, assim como uma Usina Hidrelétrica (UHE) que igualmente não foi construída. Nesses casos as empresas tentaram contornar a decisão popular ao propor empreendimentos maiores em número e menores em impacto, mas foram igualmente negadas.

A territorialidade do MAB, assim, pode ser vista como tendo duas dimensões complementares, duas feições de uma mesma territorialidade. Essa entidade incide nos territórios através da organização popular local ao mesmo tempo que compõe a organização nacional.

1.3 Levante Popular da Juventude

O Levante tem origens próximas a movimentos populares e sociais, como Consulta Popular, Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar de ser relativamente novo, já está presente em diversos estados, presença esta que acontece também por conta dessa sua organização política. Articula principalmente a pauta da juventude:

E3: A gente entende que só o povo que vai transformar de verdade a realidade. A gente busca elevar o nível de consciência da juventude é, do povo em geral, [...] a sua consciência de classe, em fim. Fazendo que as pessoas entendam o lugar que elas ocupam e o papel que elas desempenham na sociedade. (ENTREVISTADOS 3 e 4, p. 4)

E sobre as entidades de sua criação:

E3: Uhum, e, e, tamo junto aí com os movimentos do nosso campo né, com o MAB, inclusive eles participam dos nossos acampamentos, a gente vem contribuindo nos acampamentos com MST, com MAB, MAM

E4: O Levante praticamente é filhote né do MAB, do MST, da

E3: Filhote da Via Campesina

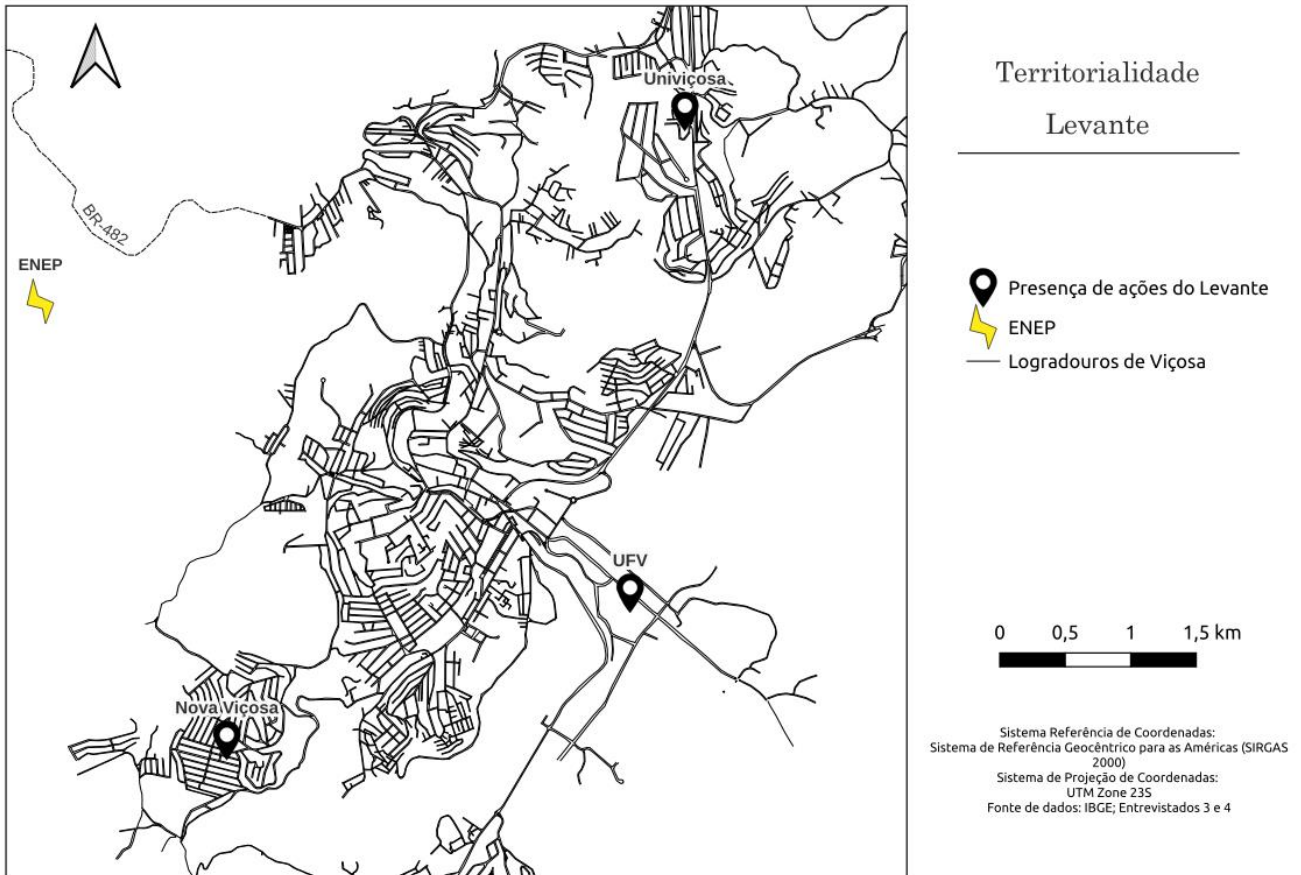
E4: Da Via Campesina, do MST e do, da PJR, qual que é o outro? MAB, MST, PJR...

E: E Consulta?

E4: E Consulta.

E3: E Consulta, é. (ENTREVISTADOS 3 e 4, p. 14)

⁵A entrevista foi realizada em 20 de Setembro de 2018.



O Levante Popular da Juventude foi a entidade que ingressou mais tardiamente na territorialidade que os grupos já realizavam. Sua pauta também se destaca por ser um movimento eminentemente urbano, no caso do grupo que atua em Viçosa.

O histórico de ações do Levante por aqui se dá nos bairros da cidade e na Universidade (Figura 3). Há assim duas frentes de lutas, uma na cidade, junto de periferias, a Frente Territorial, e a Frente Estudantil, com ações em escolas e principalmente na Universidade. Pelas características dos sujeitos da entidade e da forma como ela se organiza no município, ela se torna um pouco mais restrita em sua cartografia. Nas cartografias de outras entidades tem se destacado escalas que são regionais, por sua forma de se organizar pelo território. O Levante, no entanto, se organiza principalmente dentro do perímetro urbano da cidade de Viçosa, com atividades mais pontuais fora desse limite. Também há, por outro lado, a rotatividade natural dos estudantes da Universidade, que ao se graduarem levam parte da memória da entidade e, por outro, pesa o caráter da juventude, e os sujeitos também se ausentam da entidade.

Sobre a relação do Levante com a ENEP:

E4: [...] E como o Levante também, a gente não tem um espaço físico [...] a gente sobrevive mais nas nossas atividades em escolas, instituições né [...] em espaços onde cedem pra gente né. [...] Então a ENEP também, a gente utiliza a ENEP de uma forma que, que contribua no nosso trabalho de base também assim né. Que é, a gente entende a importância da ENEP e a importância pra gente enquanto *espaço físico* também né. Como *espaço pedagógico*, como *espaço de construção*. A gente entende que a, os mutirões [...] o processo de construção [...] o processo de sociabilidade [...], os vizinhos né, a Escola, a própria Escola, é um processo de trabalho de base muito formativo pra gente né. (ENTREVISTADOS 3 e 4, p. 4) (grifos nossos)

Há aqui uma articulação conceitual interessante. Como vimos, a importância da ENEP para a entidade se dá mediante um espaço pedagógico, espaço físico e espaço de construção. Aqui se faz referência a um espaço de socialização da Escola, agregando diversos movimentos. E é justamente desse encontro que a ENEP se faz enquanto um espaço de construção, de forma coletiva, de um projeto de Escola comum aos movimentos. Também há uma faceta educativa, espaço pedagógico, sendo abrigo de vários encontros formativos, estando aí incluso o Curso de Realidade Brasileira, cujo proponente é o próprio Levante. E é também espaço físico, o ponto de exutório das drenagens dos movimentos populares e sociais a ele articulados, que o Levante pode usar para abrigar suas atividades.

Além das várias facetas espaciais onde a entidade se ancora, a confluência também se dá pelo princípio do trabalho, na ENEP:

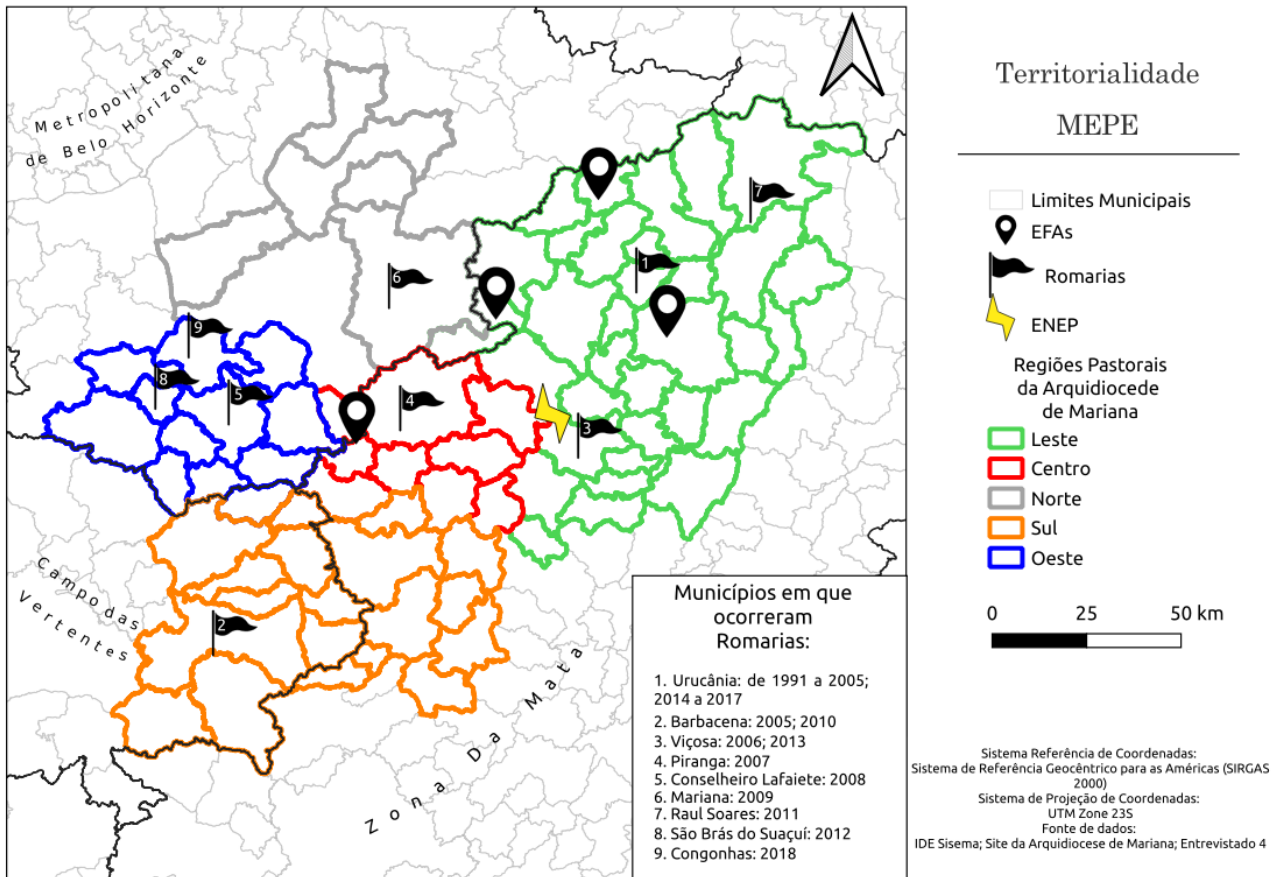
E3: um dos, dos pilares também do Levante é o trabalho e o exemplo pedagógico. [...] é na prática que a gente mostra para as outras pessoas, por exemplo pra quem tá chegando pela primeira vez na ENEP num mutirão, de que a gente fala que o trabalho é importante, a gente faz, a gente executa o trabalho. E a gente mostra desse jeito, assim que, que é, que é possível mesmo. Tudo aquilo ali que tá ali na ENEP hoje [...] só foi possível através do trabalho das pessoas assim, de muitas pessoas. (ENTREVISTADOS 3 e 4, p. 5-6)

É principalmente pelos mutirões que isto se verifica. Apesar da Escola se manter também de um trabalho mais difuso e cotidiano, inerente a qualquer prática agrícola, os mutirões agregam um maior número de pessoas e grupos, provocando um trabalho mais intenso e que transforma mais nitidamente a paisagem da Escola. O potencial que o mutirão propicia, além do rearranjo espacial, é sua sociabilidade, também se fazendo um espaço privilegiado de encontro.

1.4 Movimento Evangélico Popular Eclesial (MEPE)

O MEPE se define enquanto um grupo formado por padres e leigos (os cristãos que não fazem parte do clero), que se reúnem periodicamente em diversos municípios. Nestes encontros realizam estudos bíblicos e planejam diversas ações na região. A organização é

responsável pela criação de outras entidades da ENEP, assim como integrou as movimentações políticas e organizacionais que culminaram na formação da ENEP.



A organização territorial da ENEP se dá mediante sua articulação política, que incide sobre a área na Colônia Vaz de Mello. Essa articulação que estamos entendendo enquanto sua territorialidade, é vista pelo MEPE enquanto o que é realmente indispensável:

[...] Mais importante é ter pessoas né, ter demanda, que espaço tem um tantão aí. Mas aqui tá, pelo, pela localidade atende muito bem né. Por que facilita muito, mas eu creio que no momento independente né de, de permanecer aqui ou não... muito livre né, eu creio que a ENEP não vai morrer mais não. Vai continuar⁶ [...] (ENTREVISTADO 5, p. 05)

Esta “demanda” pode ser traduzida enquanto a territorialidade mencionada acima. É uma constatação de que a territorialidade dos movimentos que compõem a ENEP já está constituída; já há certa organicidade entre as entidades que faz com que elas já estejam realizando suas ações e reproduzindo suas organizações com base na articulação que foi estabelecida. É claro que isto não desconsidera a fundamental importância do espaço físico da

⁶A entrevista foi realizada em 2018, quando a ENEP havia conseguido um comodato de dez anos para o espaço.

Escola, enquanto materialização dessa articulação. Mas esta constatação revela o *essencial* da ENEP, que é uma articulação política e territorial.

A expressão territorial do MEPE também dá indícios de uma forma de ver a região em que está inserido. “[...] A missão né, a missão compreendida assim ampla, no sentido amplo né, a missão de cada dia, a missão dos movimentos sociais, a missão *pra além fronteira*. [...]” (ENTREVISTADO 5)(grifos nossos). Esta fala, que denota um princípio, do “agir para além de fronteiras” sugere um entendimento que a ação política da entidade deve superar uma questão local, abrangendo pautas comuns à região. Esta região entendida aqui, de forma implícita, como sendo a Regional Leste da Arquidiocese de Mariana, que em partes abrange a Zona da Mata Mineira. É curioso ver que assim fica articulado três categorias tão importantes: o *espaço*, a *região* e o *território*. O MEPE, em sua prática cotidiana e em movimento se insere no espaço⁷ da ENEP, articula-se territorialmente com grande ênfase na importância dos sujeitos, isto visando pautas que são entendidas como fundamentais para a região.

Essa visão de olhar para a região como um todo, se atentando para questões que lhes são comuns, tem contribuído para a organização e concepção de outras entidades da ENEP, o que corrobora com a ideia de um laço que vem se fortalecendo entre as entidades, e que sua proximidade tem levado a mudanças internas.

[...] Mas agora os outros grupos, eu creio que a EFA né, também tem essa facilidade, o MAB né também. Aí a ideia é de fortalecer. Parece que o IUC que a gente teve que arrumar um jeito também de se fortalecer mais né. A CJP né de Paula Cândido é, também, pelo jeito a ENEP ali tem ajudado muito né, agora eles tão até abrindo essa visão mais *regional* também né? [...] (ENTREVISTADO 5, p. 06) (grifos nossos)

Como já indicado, foi o Movimento Evangélico Popular Eclesial o responsável pela criação da EFA Dom Luciano. Não só ela, mas também a de Jequeri, Acaiaca (EFA Paulo Freire) e Sem Peixe. Essa dinâmica de dar importância aos trabalhadores do campo na forma de uma pedagogia própria parece ter vindo de concepções de Dom Luciano:

E4: [...] E, e sempre assim também muito inspirado na missão de Dom Luciano né, que ele que motivou tudo isso. A pastoral da criança, o grupo de reflexão, a missão né, sempre desafiava né, o pessoal né pra sair, pra missão, a Escola Família Agrícola, nesse apoio ao agricultor né, essa atenção dele também com a arquidiocese muito rural né, como é que... Então é, é por isso que o grupo também nós sempre acompanhamos né, as Escolas Famílias Agrícolas né, em Jequeri eu tava lá a época né, que foi, né, que fundou, a gente ajudou. A Dom Luciano né, a Paulo Freire...

E: A de Sem Peixe também?

E4: Sem Peixe, Camões também, nós chegamos a participar lá, na época que, lá foi a primeira depois de Piranga né. (ENTREVISTADO 5, p. 02)

⁷Espaço aqui entendido num sentido mais restrito, da forma que foi verbalizado pelo entrevistado. O que não quer dizer, no entanto, que também não haja o entendimento por parte da entidade desse espaço articulado e complexo, que é o espaço geográfico.

Outro aspecto também fundamental são as Romarias dos Trabalhadores e Trabalhadoras, que durante doze anos esteve sob a coordenação do MEPE (Figura 4), em uma dinâmica itinerante pela região, notadamente a Regional Leste da Arquidiocese de Mariana. Há também as Vivências Missionárias, atividade de fé e de política realizada em comunidades de diversos municípios, anualmente.

O que a pesquisa tem demonstrado é que esta entidade talvez possua a territorialidade mais espreada pela região onde as organizações da Escola incidem. A organização do MEPE parece se pautar, de um lado, num núcleo duro, que são suas reuniões, e por outro lado numa mobilidade e flexibilidade em se adequar a novas situações. Este núcleo duro corresponde à base de sua organização. São reuniões que ocorrem mensalmente, a cerca de dezessete anos. Elas ocorrem sob um revezamento de lugares, estando hoje mais concentrado nos municípios de Viçosa, Piranga, Porto Firme e Catas Altas da Noruega. A proposta desses encontros é reunir padres e leigos para o estudo, seja de passagens bíblicas, seja da realidade:

[...] Aí nós fizemos assim para continuar né, essa ideia do projeto, de evangelizar assim unindo a fé com a vida e de uma forma bem assim bem simples né. Com os princípios assim de trabalhar com os grupos de reflexão os pequenos grupos né, na comunidade. O dizimo como uma, uma ponte né assim de manutenção dos trabalhos da evangelização né. [...] a missão compreendida assim ampla [...] a missão de cada dia, a missão dos movimentos sociais, a missão pra além fronteira. [...] é um grupo pra um movimento aberto de padres [...] e leigos e, que por afinidade né, que participa, todo mês a gente reúne né, a reunião assim, sem pressa né, e sempre procurando é, reunir pra avançar né, pra tomar encaminhamento, que a gente dá conta de fazer... E, e faz proposta também né, pra, pra fora da Igreja, é uma forma também que nós pensamos assim de, de concretizar as assembleias né, as decisões das assembleias, pastoral também muitas vezes ficam com dificuldade de implementar né, de colocar em prática então o grupo trabalhou e trabalha muito isso né. [...] (ENTREVISTADO 5, p. 01-02)

Esse momento reflexivo se vê entremeado do texto bíblico e de experiências pessoais, que se confundem durante a conversa. Podemos significar esse momento enquanto expressamente pedagógico. Ele possibilita sujeitos sempre privados de espaços de reflexão a desenvolverem um que seja mais próximo de suas aspirações e de sua realidade. Também é durante as reuniões que se organizam as atividades, como a Vivência Missionária, Romarias ou outros encontros que se situem próximo do interesse do grupo.

É desse formato – aparentemente simples – que originaram diversas Romarias, formaram-se escolas, atividades e a própria ENEP. O seu formato mais cotidiano parece ser o responsável pela resiliência do grupo, de existir há mais de uma década. Em meio a esse processo houve mudanças dos integrantes, e ainda assim houve a permanência do grupo. Geralmente os encontros se dão ao longo de um dia, sendo comum algum tipo de intervenção prática, onde se está. A respeito desta resiliência:

[...] E aí a gente já continua né, muitos por uma razão e outra foram deixando, outros se integrando né. Tem uns padres em missão né, mas o grupo, não é um grupo grande né, a gente, é um grupo sempre assim de dez, de doze, quinze pessoas né, em média, e é isso, reúne por, por, por acreditar né, e, na proposta né e isso ajuda muito né. Nós nos fortalecemos muito com isso né. Na mística, na oração, nos trabalhos, nos mutirões [...]
(ENTREVISTADO 5, p. 02)

Em uma dessas atividades coordenadas pelo grupo, a Vivência Missionária, foi onde se concebeu a ideia do que viria a se concretizar enquanto ENEP anos mais tarde. A Vivência Missionária se faz de forma que a celebração religiosa se politize, ou um ato político se carregue de fé. As Vivências são construídas ao redor de alguma pauta importante para a comunidade que a abriga, e tem como objetivo alguma ação prática.

As ações da entidade parecem refletir o princípio de articular pautas locais durante as atividades nas comunidades, algo bastante radical. Isto porque traz para as comunidades um momento de reflexão sobre seu local do cotidiano. Essas práticas se refletem no que é, também, uma concepção metodológica:

[...] o MEPE procura muito assim né, a realidade de hoje, refletir né, viver atualizado. É, não tem uma sede, não tem uma preocupação assim né de ter [...] a gente é, mais importante são as pessoas e o método né. Metodologia, de tudo que a gente faz né, de uma pedagogia, método de, de ação né, de movimento, de integração. E tem quem ajuda muito né, por exemplo nós ajudamos muito [...] a romaria né dos trabalhadores, trabalhadoras, nós ajudamos durante doze anos assim coordenando né, que ajudou muito o MEPE nesse sentido. Por que a romaria é o espaço né de você colocar em pauta né, as grandes demandas da região né, da mineração, do agrotóxico da, da agricultura familiar né, da valorização do trabalho, tudo essas coisa que a gente acredita né, na defesa da vida e do meio ambiente né [...] (ENTREVISTADO 5, p. 03)

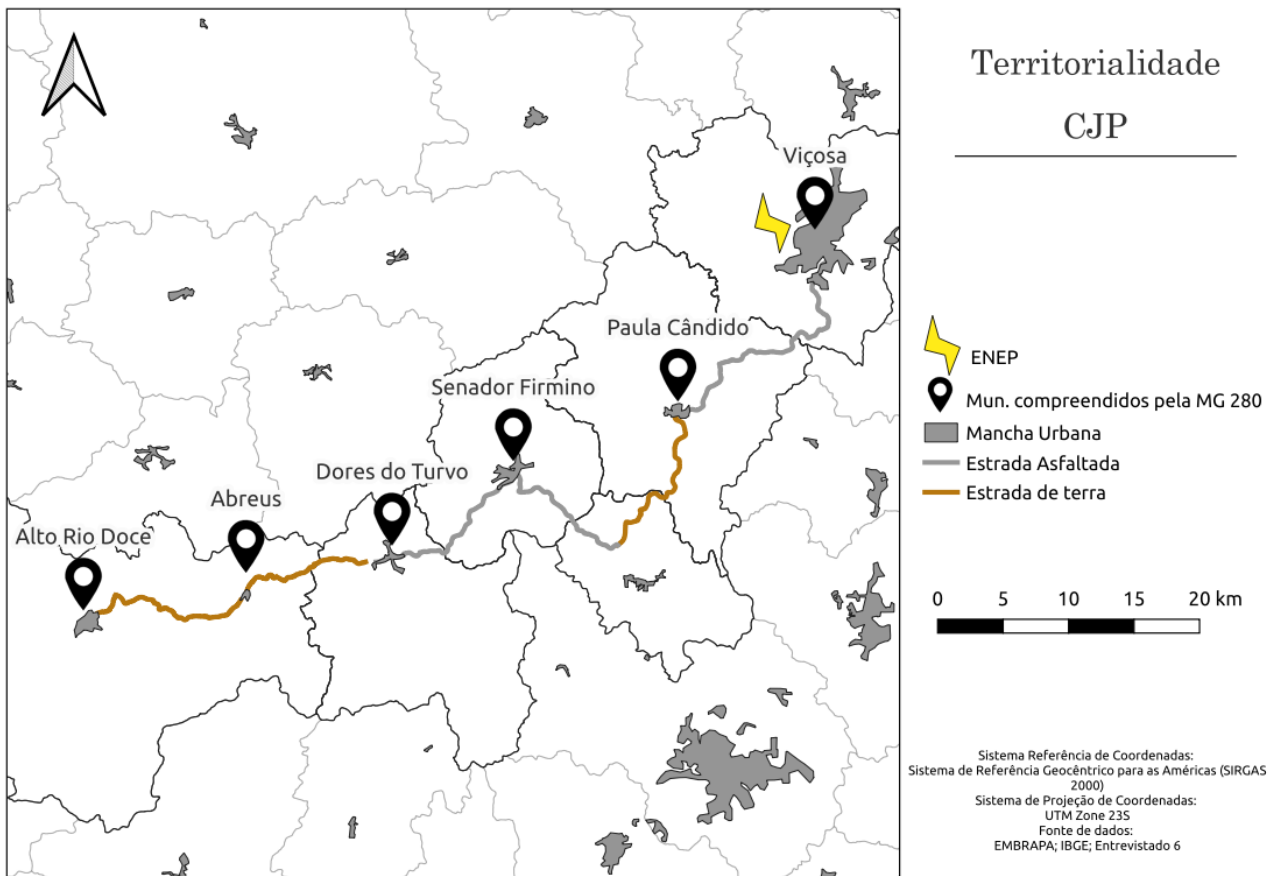
Como dito, isso também se verifica no processo de construção das Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras. As Romarias, às quais a ENEP e suas entidades estão vinculadas, começaram em 1991, em Urucânia-MG. Começaram enquanto ato político, por ser organizado pela classe trabalhadora, e também enquanto ato de fé. Após ficar quinze anos em Urucânia, a frente das Romarias fora assumida pelo MEPE, e as Romarias passaram a ser itinerantes, principalmente pela região leste da Arquidiocese. Para além de estabelecer, em determinada cidade, uma ação política e cultural que dure um dia ou uma tarde, há dentro do MEPE o entendimento que a Romaria seja a culminância de um processo que envolva, necessariamente, trabalho de base⁸. Era nessa articulação, que envolve a comunidade que abrigará a Romaria, que de certa forma reside o princípio do MEPE, e o já mencionado método. É esta sua forma de realizar a prática política que anuncia suas intenções de pautar por uma

⁸Trabalho de base entendido aqui enquanto uma prática de movimentos sociais ou de grupos organizados que intervêm nas comunidades distantes de espaços de poder e de tomada de decisão. É um ato político que almeja aprofundar a consciência política da população em questão, de forma que ela também passe a se organizar.

organização social que se baseie na formação política do povo, de forma que seja livre, contenha laços fortes com o espaço do cotidiano, e provoque uma formação duradoura.

[...] Então nós começamos, a gente sempre participou, foi em Urucânia quinze anos [...]. Levando pessoas, as vezes ajudava a preparar os encontros, [...] chega um tempo que a gente fez que mesmo, propôs e foi até a última que a Dom Luciano participou também em 2016 [sic] assim, que quem sabe, de sair um pouco né, de são cinco regiões né, na Arquidiocese, ela estava aqui na leste então a gente fazia um movimento também pra, pra apoiar essas frente né de luta, de trabalho de conhecer outras realidades mais desafiante na Diocese. Aí o pessoal topou aí o MEPE começou a coordenar esse processo, primeiro foi aqui né, depois nós fomos girando, foi em Piranga [...]. (ENTREVISTADO 5, p. 03)

1.5 Comissão de Justiça e Paz de Paula Cândido (CJP)



A Comissão de Justiça e Paz de Paula Cândido tem seu início em um momento próximo ao de criação da ENEP. Se baseia, principalmente, em atividades no município, tendo à época enfoque numa feira de agricultura familiar. Na região, sua maior ação tem sido acompanhar e fomentar a chamada “Luta pelo asfalto”, que ligaria o município de Alto Rio Doce à Viçosa, no intuito de aumentar a circulação de mercadorias e ampliar a integração regional.

Juridicamente e estatutariamente, a CJP está ligada à Comissão da Justiça e Paz que possui representação em nível internacional e nacional. Em meio ao contexto da época de sua

fundação, em 1960, a comissão fora criada para auxiliar países subdesenvolvidos, para a promoção da paz e erradicação da fome no mundo. A partir de 1968 começa a haver um estímulo para as nações possuírem comissões internas aos países. No entanto, pouco após a constituição da Comissão Pontífica Justiça e Paz – Sessão Brasileira, foi assinado o AI-5, no Brasil. As ações da CJP então se voltaram para o amparo social e jurídico dos perseguidos pela ditadura. Num primeiro momento havia somente a comissão nacional, mas que a partir de 1973, também surgiram comissões regionais, começando por São Paulo e Rio Grande do Sul, assumindo demandas também regionais (OLIVEIRA; FORZA, 2013, p. 09).

Essa mudança de perspectiva parece ressoar junto da necessidade das regiões, temas mais latentes e urgentes. De forma análoga podemos perceber a CJP – Paula Cândido que, apesar de não seguir especificamente a organização da CJP – Nacional, encontra nessas suas raízes políticas e éticas

Os objetivos da Comissão: contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas humanas, que é essas coisas que a gente faz, como parte da missão da Igreja segundo as orientações do magistério eclesial especialmente dos documentos conciliares e pontifícios. Promover a justiça na sua dimensão tanto individual, que é o que a gente tá fazendo aqui, pagar uma conta de luz, pagar padrão, pagar uma cesta, como social, procurando *interpretar os sinais dos tempos* segundo a constituição pastoral *gaudio*, [...] promover a paz de acordo das bem-aventuranças, estimular o exercício da cidadania e da democracia nas seguintes dimensões: política, civil, promoção dos direitos humanos, [...] econômico, social e cultural. Então se nós estamos fazendo, por exemplo, nós já fizemos aqui né Chica, encontro de Fé e Política, uma mini-escola (ENTREVISTADO 6, p. 04) (grifos nossos)

É interessante perceber que os termos *interpretar os sinais dos tempos* abrem margem para o desenvolvimento local e regional da Comissão. A CJP – Paula Cândido possui amparo jurídico e institucional dentro da Comissão nacional, porém suas pautas são eminentemente locais e regionais. Por um lado, produz momentos de solidariedade quando sujeitos da comunidade pedem ajuda para itens e serviços básicos, necessários à sua sobrevivência. Por outro lado, também há atividades que apontam para uma visão regional, como a MG280, as lutas contra atividades minerárias que agridem os direitos e a alimentação saudável. Assim a Comissão balança entre o cotidiano da comunidade e suas necessidades urgentes e também projeta um futuro de mais soberania.

A constituição da CJP se deu justamente buscando uma articulação regional, mas acabou por se firmar em Paula Cândido:

Então desde que começou a Comissão Justiça e Paz com o pe. João em 2013, ela começou itinerante. Nós começamos em Ponte Nova, Urucânia, nós começamos num grupo mais amplo, com Maria José, com os grupos sociais né. As pessoas lá. E aí assim

que pe. João resolveu implantar, assim que não deu certo na regional [...] ele resolveu implantar uma dentro da paróquia. (ENTREVISTADO 6, p. 04)

Essa visão regional, como podemos perceber com a exposição das ações das entidades da ENEP, é pauta comum. Com relação à CJP – PC, sua pauta principal nesse sentido é o asfaltamento da MG280 (Figura 5), no trecho que faz Alto Rio Doce até Viçosa. Neste caminho há dois trechos de estrada de terra, sendo que um está entre Alto Rio Doce e Senador Firmino, de 26km, e outro entre Paula Cândido e Divinésia, de 14km. O asfaltamento da via traria uma nova ligação regional, colaborando com o comércio, serviços, etc. Parte desta pauta se baseia na maior abrangência que teriam os produtos agrícolas dos municípios envolvidos. Além disso, há uma comunidade, Abreus, entre Senador Firmino e Alto Rio Doce que permanece inacessível em períodos de chuva, sendo este o caso de maior gravidade e que também mobiliza a luta pelo asfalto.

E de Dores do Turvo ao Rio Doce são 26km sem asfalto. E nesse trecho de Dores ao Rio Doce nós temos o distrito de Abreus que geograficamente pertence à administração de Alto Rio Doce, mas em termos religiosos pertence a paróquia de Cipotânea. E esse trecho é o mais atingido também. São dois trechos da MG280 que não tem asfalto. Nós estamos lutando por ele desde 2015. Fizemos duas audiências públicas em 2015 e várias outras atividades, de 2015 até agora, sendo elas reuniões periódicas mensais, em cada mês numa cidade deste trecho, da MG280. (ENTREVISTADO 6, p. 01)

Desde o início da formação da CJP no município a pauta da rodovia está presente. A proposta é de estabelecer uma articulação com as comunidades e municípios atingidos para que se agregue força popular e política, necessários para pressionar o governo do estado a concluir a obra. Uma forma de estabelecer essa articulação é com reuniões itinerantes através de comunidades que também são atingidas pelo não-asfaltamento. O acúmulo da organização tem mostrado resultados, com parte do processo culminando na assembleia legislativa de Minas Gerais.

Nós fomos procurados, quando souberam que aqui tinha uma Comissão da Justiça e Paz, e nós estávamos desde 2014 começando a dar o ponta pé inicial da luta do asfalto nesse trecho de Paula Cândido a Divinésia, com o Padre João, dentro da Comissão de Justiça e Paz, aí o pessoal de Dores do Turvo ficou sabendo e nos procurou em abril de 2015 e a partir daí nós começamos a fazer reuniões periódicas com um grupinho pequeno, começou a se formar então uma comissão chamada Comissão Pró-Asfalto. [...] A gente reunia em várias cidades. Aqui, Dores, Abreus, Senador Firmino, Divinésia, Alto Rio Doce, e assim nós fomos reunindo e firmando essa comissão pró-asfalto. E fazendo essas atividades, cada dia dando um passo (ENTREVISTADO 6, p. 01)

A presença na audiência pública foi fundamental para o próprio movimento, e pode ser visto como uma conquista destes anos de mobilização. É imprescindível esta pressão sobre o corpo legislativo do estado para que o projeto possa encaminhar. Também é igualmente importante observar que há uma prioridade que o movimento dá à mobilização popular, numa

percepção de que é a organização das bases estabelecidas nas comunidades por onde passa a MG280 que levará a definitiva implementação do asfalto. Pode-se dizer que esta luta mais localizada da Comissão Pró-Asfalto se insere num plano mais abrangente de organização popular, de gestão do território, e concretização de demandas reais que se inserem no cotidiano das pessoas envolvidas. Destarte,

[...] a audiência pública foi dia 19 do 09 de 2019, às 14:30. Nós saímos daqui de Paula Cândido às 05:30 da manhã, para nos organizarmos em termos de mobilização lá. Então nos juntamos, com o povo de outras cidades, almoçamos lá antes, e fizemos aquela movimentação lá na frente da assembleia legislativa, da escadaria, com megafones, com faixas com cartazes, com banners e tal dentro da luta da MG280, com músicas da luta, com gritos de guerra e tal. [...] Foi justamente mobilizar o povo, as autoridades políticas em relação a esse direito elementar dessa política pública que é o asfaltamento dos dois trechos que ainda faltam, entre Paula Cândido ao trevo de Divinésia, de 14 km, e Dores do Turvo a Alto Rio Doce de 26 km. Essa mobilização foi de sensibilizar e tornar o conhecimento desses políticos e cobrar deles uma posição. Tanto dos deputados quanto do governo de Minas. (ENTREVISTADO 6, p. 04)

A Luta pelo asfalto tem sido a atividade mais presente da Comissão em Paula Cândido, mas também existem outras questões que a entidade está envolvida. Uma delas é a feira de agricultura familiar que se dá no município. O fomento para que esta feira ocorresse se deu mediante a constatação de diversos casos de câncer na comunidade, o que levou a entidade a construir um espaço onde seja valorizado o alimento saudável. (ENTREVISTADO 6, p. 05)

As atividades com as quais a entidade se envolve tendem a estar relacionadas. É articulado por ela diferentes esferas da sociedade, seja agricultores, as comunidades por onde passa a rodovia, o apoio que se dá a luta contra a mineração, a própria ENEP. Ainda assim, essas esferas estão articuladas através da própria CJP, que procura estabelecer os nós em comum entre estas relações que podem se apresentar distantes.

A entidade possui suas bandeiras através das próprias comunidades em que procura dar amparo. Isto reflete os objetivos da CJP nacional, de desenvolvimento humano, econômico, social e cultural. Este desígnio um tanto amplo abre margem para que as atividades da entidade estejam em consonância com as demandas da própria comunidade. Assim a CJP não irá impor demandas próprias, mas abraçar as que se fazem sentir na comunidade. “Atua sobre demanda né, não é uma coisa estabelecida eu acho. [...] Tem coisas que são mais recorrentes. Tipo a MG, esses casos que aparece aí, que discutiu hoje, mas tem coisas esporádicas mesmo” (ENTREVISTADO 6, p. 05)

1.6 O território da ENEP

As falas das entidades demonstram diversas formas escalares e territoriais. Tanto é verdade que cada entidade, em sua particularidade, abriga diversas escalas e territorialidades quanto também pode-se dizer que este arranjo incide sobre a ENEP. Daí o interessante caráter complexo e potente do território da Escola, já que este é formado pela atuação conjunta de todas as territorialidades de suas entidades.

Não quer dizer, no entanto, que o conjunto dessas territorialidades atuam de forma síncrona sobre a ENEP. A correspondência das entidades sobre a ENEP se realiza mediante a presença das organizações, seja em cursos, mutirões, reuniões e atividades diversas. Os acontecimentos dessas ações podem se dar em momentos pontuais, mas estão respaldados por um movimento histórico que os formaram, que se traduz na articulação política dos movimentos.

Os eventos (SANTOS, 2006, p. 61) em que as entidades se fazem presentes são a materialização da composição territorial da ENEP que, passo a passo, constrói o ambiente pedagógico e de resistência promovido pelas entidades. Nestes acontecimentos, circunscritos à apenas um momento e lugar, abrigam a síntese provisória da articulação que vem se construindo entre as entidades. A composição territorial da ENEP é produto destes eventos, ou ações, que se materializam na Escola, em que sucessivamente estabelecem novos vínculos entre os sujeitos dos movimentos enquanto que densifica a territorialidade da própria ENEP.

Acreditamos ser importante trazer à tona uma acepção de territorialidade usada por HAESBAERT (2021), que diz respeito à uma potencialidade, à um projeto de território. A escala em que a ENEP se articula carrega uma potente forma de organização da sociedade. Pensando em uma trama, ou em uma rede, são territórios diversos que vão construindo um projeto em comum. Parte da materialização deste projeto se reflete na Universidade Popular, um espaço em construção para o fomento e difusão de um conhecimento oriundo das bases populares e destes mesmos territórios. É essa amplitude que tornou possível um projeto radical como é a ENEP, e é também essa amplitude que dá ampla margem de ação para a articulação política aqui demonstrada.

Hoje, primorosamente, a incidência dessa articulação política se dá na ENEP, seja em cursos, mutirões ou reuniões. Se faz tanto um local de recepção das ações das entidades, assim como se faz local de difusão, já que carrega a potencialidade de indicar novos rumos e ações para o bojo das entidades participantes.

Este é o instrumento político ao qual jogamos luz em nosso texto. A Escola Nacional de Energia Popular é capaz de articular, em meio à diferentes agentes sociais, e em face da multiescalidade que aqui abordamos, um lugar e projeto em comum, que é a ENEP. Há ali uma

síntese das territorialidades e, conseqüentemente, de um projeto político popular para a região abarcada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos adquiridos em nosso trabalho são compreendidos enquanto preliminares, já que perfizemos um primeiro cenário do tema em estudo. Compomos o cenário político e espacial dos movimentos que constroem a ENEP, conhecimento este que pode vir a basear outras inserções nestes movimentos. Este primeiro contato cumpre o objetivo de realizar uma sondagem e aproximação junto aos movimentos que compõem a Escola Nacional de Energia Popular. Elaboramos as cartografias sociais e compreendemos, em aspectos gerais, o que compõe as territorialidades das entidades. A respeito deste entendimento da pesquisa, que também denota uma posição metodológica, ele pode ser encontrada em FREIRE (2016) e em BONILLA (1972).

O principal ponto aqui elucidado diz respeito à complexidade territorial da ENEP. As entrevistas revelam um território em que há multiescalaridade, o que representa um grande potencial de inserção na Escola e de sua construção.

Um ponto a destacarmos é o aspecto da temporalidade dos movimentos. Sua articulação política não é algo dado, mas em construção, em movimento. A ENEP é resultado de décadas de articulação, como demonstra as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras, no item que dedicamos ao MEPE. Há muitas potencialidades que provém dessa articulação, e aqui gostaríamos de dar relevo à duas delas.

Uma questão interessante é a própria Universidade Popular. Qual será o seu caráter? Será formal ou informal? Oferecerá certificação superior? Será um centro de formação para os movimentos, sem certificação institucional? E, também, quais os conhecimentos elaborados nesse espaço? Estamos falando aqui de um lugar que abriga a formação do saber oriundo de uma ampla articulação dos movimentos sociais, o que lhe traz grande importância.

Em outro ponto, relacionado ao anterior, temos os territórios abarcados pelos movimentos. Suas ações trazem ideais de desenvolvimento territorial como a soberania popular na energia e na mineração, ou na reflexão oriunda das CEBs. Essa amplitude de bandeiras e a longevidade da articulação política deixa aberta a possibilidade de olhar para grandes questões regionais, para projetos amplos à espacialidade abarcada (vide ENTREVISTADO 5, p. 17-19 deste trabalho)

A partir daqui compreende-se que a investigação pode dar mais um passo metodológico, em uma maior aproximação do debate de território na ENEP. Objetivamos com a atual pesquisa em curso, abrigada pelo Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, nos debruçar principalmente sobre o sítio da ENEP, o compreendendo enquanto o *lôcus* da articulação política e territorial por este trabalho abarcada, e também a relação da espacialidade dos movimentos e de sua pedagogia.

REFERÊNCIAS

BEGNAMI, João Batista. **Formação por alternância na licenciatura em educação do campo: possibilidades e limites do diálogo com a pedagogia da alternância**. 2019. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BONILLA, Victor D.; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. **Causa Popular, Ciencia Popular**. Publicaciones de La Roca, Bogotá, 1972.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20151027053622/AntologiaFalsBorda.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FOSCHIEIRA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, G. J.; FORZA, S. L. O. **Justiça e Paz: Como e por que organizar a comissão de Justiça e Paz nas comunidades**. Regional Mariana Leste – Arquidiocese de Mariana – MG, Janeiro, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 17 jun 2022.

REIS, M.J.; SCHERER-WARREN, I. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. *In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS*, 2, 2007, Salvador. **Anais**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2007.

Disponível em:

http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2_DO%20LOCAL%20AO%20GLOBAL.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 4ª Edição, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro, Consequência, 2ª Edição, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. *In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV, 2008, p. 66-84.

SILVA, Lourdes Helena da; QUEIROZ, João Batista Pereira de. A formação de jovens agricultores e a construção da escola do campo no Brasil – avanços, contradições, e perspectivas do projeto da casa familiar rural. *In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS*, 3, 2007, Faro. **Anais**. Faro: Universidade do Algarve, 2007. Disponível em: https://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/LhelenajBQueiroz_com.pdf. Acesso em 25 jan. 2023.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.; Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.